

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2018, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Bradesco Leasing" ou "Instituição"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A atuação da Instituição está plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégia de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, assim como parcerias com grandes fabricantes, principalmente nos setores automotivo, aeronaves e de máquinas e equipamentos, destacando-a como uma das principais arrendadoras no mercado nacional.

No primeiro semestre de 2018, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 139 milhões, correspondendo a R\$ 5.910,07 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 3.392 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 8,39% sobre o Patrimônio Líquido. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos. A Instituição possui participação societária nas empresas Aquarius Holdings Ltda. e Serel Participações em Imóveis S.A.

Em 30 de junho de 2018, o total de Ativos somava R\$ 34.839 milhões, destacando-se R\$ 30.205 milhões em Títulos e Valores Mobiliários e R\$ 1.960 milhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, registrados a valor presente. O total de captações estava represen-

tado por R\$ 14.980 milhões de Debêntures, R\$ 14.378 milhões de Depósitos Interfinanceiros e R\$ 13 milhões de FINAME e o saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 1.481 milhões. A Instituição possuía 5.443.758.914 debêntures de sua própria emissão em tesouraria, no valor de R\$ 114.342 milhões.

Em conformidade com a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Bradesco Leasing, no período, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos a serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram de assistência no atendimento de requerimentos relacionados a assuntos fiscais. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 25 de julho de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
	2018	2017		
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>30.355.511</b>	<b>74.617.123</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>15.092.864</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	5.553	4.984	DEPÓSITOS	14.377.764
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	-	19.983.160	Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	14.377.764
Aplicações no Mercado Aberto	-	19.983.160	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 13a)	10.582
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	30.204.972	54.570.299	Finame	10.582
Carteira Própria	30.162.304	54.516.891	OUTRAS OBRIGAÇÕES	704.518
Vinculados à Prestação de Garantias	42.668	53.408	Sociais e Estatutárias	-
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(13.048)	(53.394)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	10.291
Operações de Arrendamentos a Receber:			Diversas (Nota 15b)	694.227
- Setor Privado	803.825	1.050.327		
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(774.509)	(1.008.998)		
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(42.364)	(94.723)	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>16.354.186</b>
OUTROS CRÉDITOS	151.372	88.694	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 12)	14.979.520
Diversos (Nota 8)	151.372	88.694	Recursos de Debêntures	14.979.520
OUTROS VALORES E BENS	6.662	23.380	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 13a)	2.409
Outros Valores e Bens	51.899	91.057	Finame	2.409
Provisões para Desvalorizações	(45.274)	(67.677)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.372.257
Despesas Antecipadas	37	-	Fiscais e Previdenciárias (Nota 15a)	337.963
			Diversas (Nota 15b)	1.034.294
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>1.006.255</b>	<b>1.334.565</b>		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	1.183	386.032	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)</b>	<b>3.391.858</b>
Aplicações no Mercado Aberto	-	384.930	Capital:	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.183	1.102	- De Domiciliados no País	2.312.267
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(45.422)	(63.984)	Reservas de Lucros	1.079.599
Operações de Arrendamentos a Receber:			Ajuste de Avaliação Patrimonial	(8)
- Setor Privado	1.049.426	1.174.683		
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.049.323)	(1.174.529)		
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(45.525)	(64.138)		
OUTROS CRÉDITOS	1.050.460	1.012.390		
Diversos (Nota 8)	1.050.460	1.012.390		
OUTROS VALORES E BENS	34	127		
Despesas Antecipadas	34	127		
<b>PERMANENTE</b>	<b>3.477.142</b>	<b>3.923.980</b>		
INVESTIMENTOS (Nota 9)	62.640	60.358		
Participações em Coligadas:				
- No País	55.825	53.543		
Outros Investimentos	26.394	26.394		
Provisões para Perdas	(19.579)	(19.579)		
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	2.728	2.737		
Imóveis de Uso	25.056	25.056		
Outras Imobilizações de Uso	-	155		
Depreciações Acumuladas	(22.328)	(22.474)		
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 7j)	3.411.774	3.860.885		
Bens Arrendados	5.629.518	6.785.519		
Depreciações Acumuladas	(2.217.744)	(2.924.634)		
<b>TOTAL</b>	<b>34.838.908</b>	<b>79.875.668</b>	<b>TOTAL</b>	<b>34.838.908</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2018	2017
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.701.725</b>	<b>5.995.734</b>
Operações de Crédito (Nota 7h)	19.140	28.331
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7i)	710.248	883.910
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	972.337	5.083.493
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.531.473)</b>	<b>(5.817.246)</b>
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	(972.060)	(5.081.465)
Operações de Empréstimos e Repasses (Nota 13b)	(190)	(396)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7j)	(608.623)	(751.732)
Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7g)	49.400	16.347
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>170.252</b>	<b>178.488</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(11.037)</b>	<b>13.540</b>
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(8.941)	(8.686)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(21.748)	(10.451)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	1.014	1.857
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	31.052	48.206
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(12.414)	(17.386)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>159.215</b>	<b>192.028</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 21)</b>	<b>(12.024)</b>	<b>(17.509)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>147.191</b>	<b>174.519</b>
<b>PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (NOTA 23)</b>	<b>(7.802)</b>	<b>(57.609)</b>
Provisão para Imposto de Renda	9.136	(28.220)
Provisão para Contribuição Social	(1.868)	(19.447)
Ativo Fiscal Diferido	(15.070)	(9.942)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>139.389</b>	<b>116.910</b>
Número de ações (Nota 16a)	23.585	23.585
Lucro por ação em R\$	5.910,07	4.956,96

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2018	2017
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>147.191</b>	<b>174.519</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos</b>	<b>532.725</b>	<b>673.022</b>
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(49.400)	(16.347)
Depreciação e Amortização	442.414	554.746
Provisões (Reversões) Cíveis e Fiscais	5.431	(14.905)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(1.014)	(1.857)
Insuficiência de Depreciação	126.110	139.039
Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	8.965	12.346
Outros	219	-
<b>Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>679.916</b>	<b>847.541</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.745.219	(1.021.887)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	24.061.891	29.059.007
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	21.686	1.838
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(11.033)	(20.786)
(Aumento)/Redução em Imobilizado de Arrendamento	(295.064)	(66.939)
Aumento/(Redução) em Depósitos Interfinanceiros	14.377.764	-
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(6.793)	(12.520)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(96.350)	(232.184)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(31.078)	(113.051)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>44.446.158</b>	<b>28.441.019</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Dividendos Recebidos	30	40
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos</b>	<b>30</b>	<b>40</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	(48.667.716)	(27.791.030)
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(281.350)	(19.653)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos</b>	<b>(48.949.066)</b>	<b>(27.810.683)</b>
<b>Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(4.502.878)</b>	<b>630.376</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	4.508.431	4.831.380
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	5.553	5.461.756
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(4.502.878)</b>	<b>630.376</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	<b>2.312.267</b>	<b>254.122</b>	<b>701.910</b>	<b>(40)</b>	<b>-</b>	<b>3.268.259</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	46	-	46
Lucro Líquido	-	-	-	-	116.910	116.910
Destinações - Reservas	-	5.846	83.298	-	(89.144)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(27.766)	(27.766)
<b>Saldos em 30.6.2017</b>	<b>2.312.267</b>	<b>259.968</b>	<b>785.208</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>3.357.449</b>
<b>Saldos em 31.12.2017</b>	<b>2.312.267</b>	<b>269.881</b>	<b>801.329</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>3.383.472</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(3)	-	(3)
Lucro Líquido	-	-	-	-	139.389	139.389
Destinações - Reservas	-	6.970	1.419	-	(8.389)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	(131.000)	(131.000)
<b>Saldos em 30.6.2018</b>	<b>2.312.267</b>	<b>276.851</b>	<b>802.748</b>	<b>(8)</b>	<b>-</b>	<b>3.391.858</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
Descrição	2018	%	2017	%	
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>1.757.739</b>	<b>1.040,5</b>	<b>6.025.392</b>	<b>3.257,5</b>	
<b>1.1) Intermediação Financeira</b>	<b>1.701.725</b>	<b>1.007,3</b>	<b>5.995.734</b>	<b>3.241,5</b>	
<b>1.2) Reversão da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>49.400</b>	<b>29,2</b>	<b>16.347</b>	<b>8,8</b>	
<b>1.3) Outras</b>	<b>6.614</b>	<b>3,9</b>	<b>13.311</b>	<b>7,2</b>	
<b>2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.580.873)</b>	<b>(935,8)</b>	<b>(5.833.593)</b>	<b>(3.153,8)</b>	
<b>3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(8.937)</b>	<b>(5,3)</b>	<b>(8.682)</b>	<b>(4,7)</b>	
Serviços Técnicos Especializados	(2.100)	(1,2)	(2.821)	(1,5)	
Serviços do Sistema Financeiro	(1.942)	(1,1)	(2.017)	(1,0)	
Processamento de Dados	(885)	(0,5)	(1.622)	(0,9)	
Jurídicas Processuais	(2.964)	(1,8)	(1.335)	(0,7)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(450)	(0,3)	(384)	(0,2)	
Outras	(596)	(0,4)	(503)	(0,3)	
<b>4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>167.929</b>	<b>99,4</b>	<b>183.117</b>	<b>99,0</b>	
<b>5 - DEPRECIACIONES E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	
<b>6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)</b>	<b>167.925</b>	<b>99,4</b>	<b>183.113</b>	<b>99,0</b>	
<b>7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>1.014</b>	<b>0,6</b>	<b>1.857</b>	<b>1,0</b>	
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	1.014	0,6	1.857	1,0	
<b>8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>	<b>168.939</b>	<b>100,0</b>	<b>184.970</b>	<b>100,0</b>	
<b>9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>168.939</b>	<b>100,0</b>	<b>184.970</b>	<b>100,0</b>	
<b>9.1) Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>29.550</b>	<b>17,6</b>	<b>68.060</b>	<b>36,9</b>	
Federais	13.457	8,0	64.835	35,1	
Municipais	16.093	9,5	3.225	1,7	
<b>9.2) Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>139.389</b>	<b>82,5</b>	<b>116.910</b>	<b>63,2</b>	
Dividendos	-	-	27.766	15,0	
Juros sobre o Capital Próprio	131.000	77,5	-	-	
Lucros Retidos	8.389	5,0	89.144	48,2	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**1) CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Bradesco Leasing" ou "Instituição") tem como objetivo a prática das operações de arrendamento mercantil, sendo observadas as disposições da legislação em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco ("Organização"), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

**2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), quando aplicável. Incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis; fiscais e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Bradesco Leasing evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**h) Investimentos**  
Os investimentos em empresas coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.  
Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.  
A composição das empresas coligadas e controladas está apresentada na Nota 9.

**i) Imobilizado**  
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.  
É demonstrado o custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.  
A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentados na Nota 10.

**j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)**  
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.  
Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

**k) Depósitos**  
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

**l) Recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses**  
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

Os recursos de emissão de títulos e obrigações por repasses estão apresentados nas Notas 12 e 13.

**m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando ganho com praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 14.

**n) Outros ativos e passivos**  
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia).

**o) Eventos subsequentes**  
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 24.

**4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Disponibilidades em moeda nacional.....	5.553	4.984
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	-	5.456.772
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa.....</b>	<b>5.553</b>	<b>5.461.756</b>

(1) Referem-se às operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

**5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

**a) Composição e prazos**

Aplicações no mercado aberto (1):	Em 30 de junho - R\$ mil						Total	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2018	2017
	Posição bancada.....	-	-	-	-	-	-	-
• Debêntures.....	-	-	-	-	-	-	-	20.368.090
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros (1).....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.102</b>
• Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	-	-	-	-	-	1.183	1.183	1.102
<b>Total em 2018.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.183</b>	<b>1.183</b>	<b>1.102</b>
<b>%.....</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>
<b>Total em 2017.....</b>	<b>5.439.224</b>	<b>3.807.546</b>	<b>1.202.880</b>	<b>8.463.104</b>	<b>1.070.406</b>	<b>386.032</b>	<b>100,0</b>	<b>20.369.192</b>
<b>%.....</b>	<b>26,7</b>	<b>18,7</b>	<b>5,9</b>	<b>41,5</b>	<b>5,3</b>	<b>1,9</b>	<b>-</b>	<b>100,0</b>

(1) As aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros são acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI.

**b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez**  
Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
<b>Rendas de aplicações em operações compromissadas:</b>		
• Posição bancada.....	12.985	15.580.530
<b>Subtotal.....</b>	<b>12.985</b>	<b>15.580.530</b>
<b>Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros:</b>		
• Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros.....	528	156.349
<b>Total (Nota 6c).....</b>	<b>13.513</b>	<b>1.314.879</b>

**6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

**a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
<b>Carteira própria</b>		
Cotas de fundos de investimento.....	30.162.304	54.516.891
<b>Vinculados à prestação de garantias</b>		
Letras financeiras do tesouro.....	42.668	53.408
<b>Total.....</b>	<b>30.204.972</b>	<b>54.570.299</b>

**b) Classificação por categoria e prazos**

Títulos (1)	2018			2017			Em 30 de junho - R\$ mil		
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
	Títulos para negociação (3).....	30.067.853	-	19.435	117.684	30.204.972	30.204.975	(3)	54.570.299
Letras do tesouro nacional.....	25.774.945	-	-	-	25.774.945	25.774.945	-	28.852.658	-
Notas do tesouro nacional.....	2.970.595	-	-	-	2.970.595	2.970.595	-	14.731.414	-
Letras financeiras do tesouro.....	290.165	-	19.435	116.157	425.757	425.760	(3)	10.221.340	(16)
Cotas de fundos (4).....	1.032.148	-	-	-	1.032.148	1.032.148	-	520.944	-
Debêntures.....	-	-	-	1.527	1.527	1.527	-	39.381	-
Letras financeiras.....	-	-	-	-	-	-	-	204.562	-
<b>Total em 2018.....</b>	<b>30.067.853</b>	<b>-</b>	<b>19.435</b>	<b>117.684</b>	<b>30.204.972</b>	<b>30.204.975</b>	<b>(3)</b>	<b>54.570.299</b>	<b>(16)</b>
<b>Total em 2017.....</b>	<b>51.882.363</b>	<b>225.272</b>	<b>248.442</b>	<b>2.214.222</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento que incluem operações compromissadas realizadas pelos respectivos Fundos de Investimento foram distribuídas observando o percentual de participação no Patrimônio Líquido do fundo, aplicado nos papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.  
No encerramento do semestre a Bradesco Leasing possuía R\$ 30.162.304 mil (2017 - R\$ 54.516.891 mil), aplicados em fundos exclusivos da Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(4) Aplicações em cotas do Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior Andrômeda, os quais possuem ativos aplicados em renda variável.

**c) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários**

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil					
	2018		2017		Em 30 de junho - R\$ mil	
	1	2	3	1	2	3
Títulos de renda fixa.....	13.513	1.314.879	958.824	3.768.614	972.337	5.083.493

**d) Instrumentos financeiros derivativos**  
A Bradesco Leasing não operou com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017.

**Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08**  
A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e como boa prática de governança de gestão de riscos, possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen. As propostas de limites de risco de mercado são validadas em Comitês específicos, referendadas pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, e submetidas à aprovação do Conselho de Administração, conforme as características dos negócios, que são segregados nas seguintes carteiras:

- Carteira *Trading*, composta por todas as operações realizadas com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da própria carteira, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios a partir de variação de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem;
- Carteira *Banking*, composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Instituição e seus respectivos *hedges*.

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	2018		2017		Em 30 de junho - R\$ mil	
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(80)	(16.833)	(32.274)	(91)	(21.147)	(40.989)
Índices de preços	(4)	(392)	(654)	(2)	(234)	(446)
Cupom cambial	(2)	(221)	(435)	-	(25)	(50)
Moeda estrangeira	(111)	(2.785)	(5.571)	(48)	(1.198)	(2.395)
Renda variável	(495)	(12.379)	(24.758)	(314)	(7.853)	(15.706)
Soberanos/ <i>eurobonds</i> e <i>treasuries</i>	(16)	(1.107)	(2.155)	(7)	(382)	(741)
<b>Total sem correlação.....</b>	<b>(708)</b>	<b>(33.717)</b>	<b>(65.847)</b>	<b>(462)</b>	<b>(30.839)</b>	<b>(60.237)</b>
<b>Total com correlação.....</b>	<b>(572)</b>	<b>(26.505)</b>	<b>(51.667)</b>	<b>(284)</b>	<b>(15.445)</b>	<b>(29.653)</b>

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

**Cenário 1:** Com base nas informações de mercado (B3, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,85 foi utilizado um cenário de R\$ 3,89, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 7,65% foi aplicado um cenário de 7,66%;

**Cenário 2:** Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,85 foi utilizado um cenário de R\$ 4,82, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 7,65% foi utilizado um cenário de 9,56%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 25% nas respectivas curvas ou preços; e

**Cenário 3:** Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 3,85 foi utilizado um cenário de R\$ 5,78, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 7,65% foi utilizado um cenário de 11,47%. Os cenários para os demais fatores de risco também representaram choque de 50% nas respectivas curvas ou preços.

**7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

a) Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada. São contratos de arrendamento financeiro, com cláusula de não-cancelamento e opção de compra.

b) Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

Arrendamentos financeiros a receber.....	Em 30 de junho - R\$ mil					
	2018		2017		Em 30 de junho - R\$ mil	
	1	2	3	1	2	3
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber.....	1.853.251	2.225.010	(1.823.832)	(2.183.527)	5.629.518	6.785.519
Bens arrendados e perdas em arrendamentos (líquidas) (Nota 7).....	(2.217.744)	(2.924.634)	(3.102.837)	(4.073.922)	885.093	1.149.288
- Depreciações acumuladas.....	(1.481.254)	(1.599.295)	1.959.939	2.303.073	-	-
- Superveniência de depreciação.....	-	-	-	-	-	-
<b>Valor residual garantido antecipado (Nota 15b).....</b>	<b>(1.481.254)</b>	<b>(1.599.295)</b>	<b>1.959.939</b>	<b>2.303.073</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total do valor presente (1).....</b>	<b>1.959.939</b>	<b>2.303.073</b>	<b>1.959.939</b>	<b>2.303.073</b>	<b>1.959.939</b>	<b>2.303.073</b>

(1) O valor de mercado da carteira de arrendamento mercantil é de R\$ 1.963.980 mil (2017 - R\$ 2.271.197 mil), adotando as taxas de juros praticadas pela Organização em novos contratos de características similares.

**c) Carteiras e prazos**

Operações de arrendamento mercantil (valor presente).....	Em 30 de junho - R\$ mil							
	Curso normal						Em 30 de junho - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 2018 (A)	Total em 2017 (A)
.....	91.603	80.671	83.652	233.651	376.234	1.030.299	1.896.110	2.099.461
<b>Total em 2018.....</b>	<b>91.603</b>	<b>80.671</b>	<b>83.652</b>	<b>233.651</b>	<b>376.234</b>	<b>1.030.299</b>	<b>1.896.110</b>	<b>-</b>
<b>Total em 2017.....</b>	<b>116.867</b>	<b>106.224</b>	<b>102.463</b>	<b>271.608</b>	<b>443.708</b>	<b>1.058.591</b>	<b>-</b>	<b>2.099.461</b>

**f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco**

Nível de risco	Curso anual						Saldo da carteira		Em 30 de junho - R\$ mil			
	Vencidas		Vencidas		Total curso anual		Curso normal		Total (1)		%	
	2018	% (1)	2017	% (1)	2018	% (1)	2017	% (1)	2018	2017	2018	2017
AA.....	-	-	-	-	278.522	278.522	278.522	0,3	-	-	-	-
A.....	0,5	-	-	-	344.168	344.168	344.168	17,5	-	-	-	-
B.....	1,0	1	10	11	1.184.824	1.184.824	1.184.824	60,5	-	-	-	-
C.....	3,0	15	214	229	36.680	44.314	44.314	2,3	-	-	-	-
<b>Subtotal.....</b>	<b>593</b>	<b>593</b>	<b>8.060</b>	<b>8.653</b>	<b>1.844.194</b>	<b>1.852.847</b>	<b>1.852.847</b>	<b>94,5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
D.....	486	2.440	2.926	10.445	10.445	13.371	0,7	-	-	-	-	-
E.....	927	4.235	5.162	21.555	21.555	26.717	11,4	-	-	-	-	-
F.....	767	5.673	6.440	3.085	9.525	0,5	-	-	-	-	-	-
G.....	701	1.531	2.232	1.284	16.547	54.963	2,8	-	-	-	-	-
H.....	10.092	28.324	38.416	51.916	107.092	5,5	-	-	-	-	-	-
<b>Total geral em 2018.....</b>	<b>12.973</b>	<b>42.203</b>	<b>55.176</b>	<b>63.829</b>	<b>1.896.110</b>	<b>1.959.939</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total geral em 2017.....</b>	<b>0,7</b>	<b>2,6</b>	<b>3,3</b>	<b>96,7</b>	<b>2.099.461</b>	<b>2.303.073</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>%.....</b>	<b>48,166</b>	<b>155,446</b>	<b>203,612</b>	<b>2,099,461</b>	<b>2,303,073</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>%.....</b>	<b>2,1</b>	<b>6,7</b>	<b>8,8</b>	<b>91,2</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

**e) Setor de atividade econômica**

	2018	%	2017	%
<b>Setor privado.....</b>	<b>1.959.939</b>	<b>100,0</b>	<b>2.303.073</b>	<b>100,0</b>
<b>Pessoa jurídica.....</b>	<b>1.877.339</b>	<b>95,8</b>	<b>2.217.68</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**8) Imobilizado de arrendamento (1)**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Veículos e afins	1.501.715	2.244.004
Máquinas e equipamentos	1.872.514	2.309.221
Aeronaves	1.473.959	1.347.181
Outros	270.776	294.087
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquida) (Nota 3f - IV)	510.554	591.026
<b>Total de bens arrendados (Nota 7b)</b>	<b>6.629.518</b>	<b>6.785.519</b>
Depreciação acumulada de bens arrendados	(3.102.837)	(4.073.922)
Superveniência de depreciação (Nota 3f - V)	885.093	1.149.288
<b>Total da depreciação acumulada (Nota 7b)</b>	<b>(2.217.744)</b>	<b>(2.924.634)</b>
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>3.411.774</b>	<b>3.860.885</b>

(1) A Bradesco Leasing apurou no período insuficiência de depreciação no montante de R\$ 130.041 mil (2017 - R\$ 254.360 mil) registrada em imobilizado de arrendamento, sendo R\$ 3.931 mil (2017 - R\$ 115.321 mil) com a realização de superveniência classificada em bens

**9) INVESTIMENTOS**

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado da equivalência patrimonial".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social	Lucro líquido/prejuízo	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial		
			Ações	Cotas			2018	2017	2018	2017	
Aquarius Holdings Ltda. (1)	50.000	91.349	-	-	8,385	19.500	1.784	17.813	17.024	348	613
Serel Participações em Imóveis S.A. (1) (2)	550.000	2.164.317	257	-	8,385	1.780	37.390	38.012	36.519	666	1.244
<b>Total</b>								<b>55.825</b>	<b>53.543</b>	<b>1.014</b>	<b>1.857</b>

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e  
(2) Investimento inclui deságio de R\$ 528 mil (2017 - R\$ 528 mil).

**b) Outros investimentos**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Aplicações por incentivos fiscais	25.989	25.989
Títulos patrimoniais	3	3
Outros	402	402
<b>Subtotal</b>	<b>26.394</b>	<b>26.394</b>
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(19.579)
<b>Total</b>	<b>6.815</b>	<b>6.815</b>

**10) IMOBILIZADO DE USO**

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Em 30 de junho - R\$ mil	
				Custo líquido de depreciação	2018
Imóveis de uso:					
- Terrenos		2.714	-	2.714	2.714
- Edificações	4%	22.342	(22.328)	14	23
<b>Total em 2018</b>		<b>25.056</b>	<b>(22.328)</b>	<b>2.728</b>	
<b>Total em 2017</b>		<b>25.211</b>	<b>(22.474)</b>		<b>2.737</b>

**11) DEPÓSITOS**

**a) Depósitos interfinanceiros**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias
Depósitos interfinanceiros	6.375.797	8.001.967
<b>Total em 2018</b>	<b>6.375.797</b>	<b>8.001.967</b>
%	44,3	55,7
<b>Total em 2017</b>		

**b) Despesa de captação**

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Depósitos interfinanceiros	171.331	1.899
Despesas de debêntures (Nota 12c)	800.729	5.079.566
<b>Total</b>	<b>972.060</b>	<b>5.081.465</b>

**12) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES**

a) A Instituição mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Em 30 de junho - R\$ mil	
				2018	2017
Fevereiro/2005 (1)	4.000.000	2025	100% CDI	6.253.929	11.306.756
Fevereiro/2005 (2)	4.050.000	2025	100% CDI	3.361.866	12.006.934
Fevereiro/2005 (3)	8.775.000	2025	100% CDI	2.263.544	22.508.972
Jan./2006 (4)	6.750.000	2028	100% CDI	728.484	5.280.005
Junho/2011 (5)	4.750.000	2028	100% CDI	1.230.857	2.443.706
Junho/2011 (5)	4.750.000	2021	100% CDI	1.170.840	4.648.796
Outubro/2012 (6)	10.000.000	2032	100% CDI	-	15.960.842
<b>Total</b>	<b>43.075.000</b>			<b>14.979.520</b>	<b>74.162.011</b>

Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões:

- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.000.000 mil com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2018 contempla 25.583.355 (2017 - 12.015.106) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 11.098.038 mil (2017 - R\$ 4.854.472 mil).
- Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4.050.000 mil, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2018 contempla 32.750.179 (2017 - 10.782.122) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 14.207.001 mil (2017 - R\$ 4.356.308 mil).
- Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão:
  - Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8.775.000 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2018 contempla 82.532.046 (2017 - 32.038.954) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 35.802.334 mil (2017 - R\$ 12.944.720 mil).
  - Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10.000.000 mil do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão:
    - Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6.750.000 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2018 contempla 64.964.777 (2017 - 47.771.022) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 18.667.322 mil (2017 - R\$ 12.784.809 mil).
    - Simplex, 6ª emissão, duas séries, com data de emissão em 20 de junho de 2011, sendo a 1ª série 95.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 50,00 na data de emissão até a data da incorporação (20/06/2016), a partir desta data passou para 4.750.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 1,00, com prazo de 15 anos contados da data de emissão. E a 2ª série 95.000.000 debêntures, com valor unitário de R\$ 50,00 na data de emissão, com prazo de 10 anos contados da data de emissão. Perfazendo, o valor total da emissão de R\$ 9.500.000 mil, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2018 contempla 4.154.540.065 (2017 - 3.445.784.107) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 8.378.411 mil (2017 - R\$ 6.472.209 mil) da 1ª série e 83.388.492 (2017 - 45.499.911) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 8.408.433 mil (2017 - R\$ 4.273.120 mil) da 2ª série.
  - Sob nº CVM/SRE/DEB/2012/023, em 17 de outubro de 2012, foi registrado na CVM a 7ª emissão de Debêntures simples, com valor total de R\$ 10.000.000 mil, do qual foi realizada, até 30 de junho de 2013, 1.000.000.000, com valor unitário de R\$ 10,00, com data de emissão em 15 de outubro de 2012, perfazendo o valor de R\$ 10.000.000 mil, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures. Em junho de 2018 contempla 1.000.000.000 (2017 - 36.198.170) debêntures em tesouraria, no valor de R\$ 17.780.437 mil (2017 - R\$ 598.452 mil).

**b) Repactuação de debêntures**

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, não houve repactuação de debêntures.

**c) Despesas de debêntures**

O montante de despesas de atualização das operações de debêntures nos semestres findos somou R\$ 800.729 mil (2017 - R\$ 5.079.566 mil) (Nota 11b).

**13) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS**

**a) Obrigações por repasses**

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias
- FINAME	4.089	806	816	2.284	2.587	2.409
<b>Total em 2018</b>	<b>4.089</b>	<b>806</b>	<b>816</b>	<b>2.284</b>	<b>2.587</b>	<b>2.409</b>
%	31,5	6,2	6,3	17,6	19,9	18,5
<b>Total em 2017</b>	<b>1.645</b>	<b>1.405</b>	<b>1.260</b>	<b>3.030</b>	<b>5.295</b>	<b>15.570</b>
%	5,8	5,2	4,8	12,9	20,6	50,7

**b) Despesas de operações de empréstimos e repasses**

O montante das despesas de operações FINAME no semestre somou - R\$ 190 mil (2017 - R\$ 396 mil).

**14) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, na qual se cedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repeque); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

**b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a) opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

**I - Processos cíveis**

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

**II - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais**

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, têm acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

- CPMF - R\$ 23.481 mil (2017 - R\$ 22.948 mil) pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.
- IRPJ/CSLL sobre Perdas de Crédito - R\$ 82.919 mil (2017 - R\$ 122.885 mil) pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 12º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

**III - Movimentação das provisões**

	R\$ mil	
	Cíveis	Fiscais (1)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>92.650</b>	<b>124.271</b>
Atualização monetária	1.390	2.057
Constituições líquidas de reversões e baixas	1.984	-
Pagamentos	(2.812)	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2018 (Nota 15b)</b>	<b>93.212</b>	<b>126.328</b>
<b>Saldo em 30 de junho de 2017 (Nota 15b)</b>	<b>87.285</b>	<b>170.825</b>

(1) Compreendem, substancialmente, obrigações legais. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Leasing são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

**c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: a) ISSQN de empresas de arrendamento mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 1.373.405 mil (2017 - R\$ 1.419.432 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário; b) Autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), no montante de R\$ 121.387 mil (2017 - R\$ 116.607 mil).

**15) OUTRAS OBRIGAÇÕES**

**a) Fiscais e previdenciárias**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 23c)	337.963	392.756
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	-	7.908
Impostos e contribuições a recolher	10.291	1.591
<b>Total</b>	<b>348.254</b>	<b>402.255</b>

**b) Diversas**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Credores por antecipação de valor residual (Nota 7b)	1.481.254	1.599.295
Provisão para riscos fiscais (Nota 14b)	126.328	170.825
Provisões cíveis (Nota 14b)	93.212	87.285
Obrigações por aquisição de bens e direitos	579	1.091
Outras	27.148	39.486
<b>Total</b>	<b>1.728.521</b>	<b>1.897.982</b>

**16) PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**

O capital social, no montante de R\$ 2.312.267 mil (2017 - R\$ 2.312.267 mil), totalmente subscrito e integralizado, é dividido em 23.585 (2017 - 23.585) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 126.110 mil (2017 - R\$ 139.039 mil) em resultado do período.

**8) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
Devedores por depósitos em garantia	480.875	466.478
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	458.589	346.190
Créditos tributários (Notas 23c e 23d)	248.612	271.987
Pagamentos a ressarcir	13.733	13.488
Devedores por compra de valores e bens	-	2.701
Outros	23	240
<b>Total</b>	<b>1.201.832</b>	<b>1.101.084</b>

**b) Reservas de lucros**

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2018	2017
<b>Reservas de lucros</b>	<b>1.079.599</b>	<b>1.045.176</b>
- Reserva legal (1)	276.851	259.968
- Reservas estatutárias (2)	802.748	785.208

- Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
- Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado.

**c) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferiores a 25% do lucro líquido

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A projeção de realização de créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação da Organização, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 241.179 mil (2017 - R\$ 254.503 mil).

Todos os créditos tributários da Bradesco Leasing foram devidamente ativados.

**e) Obrigações fiscais diferidas**

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 337.963 mil (2017 - R\$ 392.756 mil) são relativas à superveniência de depreciação R\$ 221.273 mil (2017 - R\$ 287.322 mil), e atualização monetária sobre depósitos judiciais de R\$ 116.690 mil (2017 - R\$ 105.434 mil), respectivamente.

**24) OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil e os possíveis riscos dos bens de uso estão sob a responsabilidade da Instituição.

**b) Gerenciamento de riscos**

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Leasing, como parte integrante da Organização adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 30 de junho de 2018, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual Básico (R1); e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2018.

**DIRETORIA****Conselho de Administração****Presidente**

Luiz Carlos Trabuco Cappi

**Membros**

Milton Matsumoto

Alexandre da Silva Güher

**Diretor-Presidente**

Octavio de Lazari Junior

**Vice-Presidente**

Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Josué Augusto Pancini

Maurício Machado de Minas

**Diretoria****Diretores Vice-Presidentes**

Josué Augusto Pancini

Maurício Machado de Minas

Marcelo de Araújo Noronha

André Rodrigues Cano

Cassiano Ricardo Scarpelli

Eurício Ramos Fabri

**Diretora Gerente**

Denise Pauli Pavarina

**Diretora de Relações com Investidores**

Denise Pauli Pavarina

Silvio José Alves  
Contador – CRC 1SP202567/O-5

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Acionistas e Administradores da

**Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**  
Osasco - SP

**Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para Opinião com Ressalva**

A Sociedade registra as suas operações e elabora as suas informações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.v e 7i e j. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Sociedade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicados em nosso relatório.

**• Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa - PCLD**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3f.VI e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, cujo valor total apresentando nas Demonstrações Contábeis é de R\$ 87.889 mil, a Sociedade classifica suas operações de arrendamento mercantil em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas, dos clientes e das operações, tais como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas da Resolução CMN 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Sociedade aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa, quando necessário, suas estimativas com base em estudos internos (provisão excedente). A classificação das operações de arrendamento mercantil em níveis de risco bem como os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos da Sociedade, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Sociedade quanto às perdas das operações de arrendamento. Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e às incertezas relacionadas à estimativa de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, consideramos que este é um assunto significativo para auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Nós avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de arrendamento mercantil, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se a Sociedade atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados à apuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nº 3f.VI e 7.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequadas a estimativa da Sociedade para a provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao semestre findos em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 10 de agosto de 2018



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia  
Contador CRC 1SP252418/O-3